



Resolução

Continuar a luta em defesa dos serviços públicos de água e resíduos, valorizar os direitos dos trabalhadores

As autarquias foram sujeitas nos últimos anos, com especial gravidade durante a governação PSD/CDS, a um violento garrote financeiro e estrutural, que debilitou profundamente os seus quadros e a sua capacidade de resposta, situação que está longe de estar recuperada, pese embora os avanços registados nesta nova fase da vida política nacional demonstrem que é possível compatibilizar a recuperação de direitos e a melhoria das condições de vida, com o crescimento económico e a criação de emprego.

Esta ofensiva constituiu uma oportunidade para entregarem a privados diversos serviços públicos, como o abastecimento de água e tratamento de esgotos, resíduos, limpeza urbana, equipamentos municipais, transportes, etc. As consequências deste caminho são conhecidas: os privados embolsam os lucros, os trabalhadores perdem direitos, as populações ficam com um serviço com menos qualidade e mais degradado e todos, incluindo os municípios, pagam uma factura cada vez mais elevada.

Apesar desta realidade, a privatização tem continuado a penetrar nos serviços municipais, nomeadamente na área dos resíduos e da limpeza urbanas, avanço que nem os sinais positivos, como a internalização dos serviços em Paços de Ferreira anulam. Na água, onde a resistência social e o custo político da privatização são maiores, regista-se apenas o caso da privatização/concessão de Vila Real de Santo António que, a concretizar-se, comportará graves consequências económicas e sociais como a realidade irá demonstrar. Em sentido positivo, destaca-se a remunicipalização dos serviços de água em Mafra cujo processo continua a decorrer.

Entretanto, o actual Governo do Partido Socialista desenvolve uma ofensiva para a agregação dos serviços municipais de água em «baixa» por via, designadamente, da chantagem política e económica, como a limitação do acesso aos fundos comunitários aos municípios que decidam não agregar-se, entregando a gestão ao grupo Águas de Portugal, como é o caso da Águas do Alto Minho, abrindo caminho à gestão mercantil da água, à redução do controlo democrático e intervenção das autarquias e à destruição dos direitos laborais.

Noutros casos, assiste-se à constituição de empresas intermunicipais, casos dos municípios integrados na CIM do Alto Alentejo, do Médio Tejo, do Douro Norte e da região de Coimbra. Em Viseu o processo foi inviabilizado.

Para o STAL, a agregação, é uma decisão com riscos, devendo por isso ser tomada de forma participada e transparente e visar sempre a construção de uma gestão pública democrática e de qualidade, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores envolvidos, a melhoria das condições de trabalho e a recusa inequívoca da privatização.

A par da atitude discriminatória, por parte do Governo, verifica-se a exigência por parte do sector privado, representado na AEPISA, para que os serviços sob gestão municipal sejam privatizados e entregues às grandes multinacionais do sector, de um apetecível filão de negócio (actualmente superior a 2 mil milhões de euros) pressão que tem de ser fortemente combatida.

Os trabalhadores destes serviços, na sua larga maioria pertencentes às autarquias - onde continuam a escassear meios humanos e financeiros, têm os salários congelados desde 2009, as suas carreiras desvalorizadas e os suplementos de insalubridade, penosidade e risco e o de disponibilidade, particularmente importantes nestes sectores, continuam por criar e regulamentar. Recorde-se que, os projectos de lei apresentados pelo PCP visando a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco foram chumbados pela maioria dos deputados do PS e pela bancada do PSD.

Contrariando este panorama e comprovando que a luta produz resultados, o STAL valoriza a conquista pelos trabalhadores do grupo Águas de Portugal de um Acordo Colectivo de Trabalho, recentemente publicado, que introduz mais justiça e melhora as condições de trabalho.

No sector dos resíduos, o STAL sublinha a importância para a luta por melhores condições de trabalho, da apresentação dos cadernos reivindicativos para o grupo EGF e para a SUMA, detidas pelo grupo Mota-Engil, abrangendo milhares de trabalhadores.

É neste quadro que o STAL reafirma a sua firme disposição em prosseguir a luta:

- Contra a privatização/concessão dos serviços de água e saneamento e resíduos, como é o caso, neste momento, em Vila Real de Santo António;
- Pelo regresso aos municípios dos serviços privatizados e neste âmbito, apoiando a remunicipalização em Mafra e a defesa dos direitos laborais;
- Pelo respeito pelos direitos dos trabalhadores das águas e resíduos, das empresas municipais e intermunicipais e pela contratação colectiva nestes sectores e o escrupuloso cumprimento dos Acordos Colectivos em vigor;
- Pelo reforço e valorização da autonomia e das atribuições e competências municipais na prestação dos serviços de água e resíduos, com a criação de uma

plataforma integrada tendo em vista a gestão e sustentabilidade de um recurso que é a água, mediante a afectação dos meios financeiros, humanos e técnicos para responder aos problemas do País e às necessidades das populações, condenando todas as pressões e chantagens no sentido da agregação de serviços em «baixa»;

- Pelo financiamento e políticas de coesão territorial que permitam aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água e resíduos, o possam fazer em condição de sustentabilidade e acessibilidade económica para as suas populações;
- Por serviços públicos de água e resíduos municipais, como caminho único da garantia da universalidade de acesso às populações;
- Pelo reforço da acção reivindicativa nos locais de trabalho, afirmando a defesa dos postos de trabalho, o aumento dos salários e o respeito pelos direitos laborais;
- Pela exigência de contratação de trabalhadores indispensáveis para assegurar um serviço público de qualidade e o combate à precariedade.

A Direcção Nacional

Lisboa, 22 de Novembro de 2018